

“ROTA DE ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES”: um caminho intersetorial de acesso,
construção e fortalecimento das políticas públicas na perspectiva de gênero na zona
rural do município de Queimadas/PB

Isânia Petrucia Frazão Monteiro¹

Maria Clara Ezequiel Marinho²

Rayanne Chagas Barbosa³

Romênia Moura Sousa⁴

Maria Alzenira Gomes Silva Alexandrino⁵

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise teórica dos processos de desigualdade de gênero e das suas expressões e particularidades no território rural associada ao relato de experiência do projeto “Rota de Assistência às Mulheres”, que se justifica pela relevância social dos resultados do trabalho intersetorial desenvolvido pela Rede de atendimento à Mulher – REAM do município de Queimadas – PB na perspectiva da garantia dos direitos das mulheres do campo em suas diversidades e do fortalecimento da cidadania, com vista na oferta, construção e fortalecimento das políticas públicas na perspectiva de gênero na zona rural. A fundamentação teórica foi realizada mediante revisão de bibliografia histórica e contemporânea. Concluímos que denunciar a desigualdade de gênero e suas expressões no território rural e formular políticas para enfrentamento dessas constitui-se um caminho fecundo para construção de um novo padrão civilizacional em que as mulheres, em suas diversidades, sejam devidamente respeitadas e protegidas.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Políticas Públicas; Mulheres do campo.

ABSTRACT

This article presents a theoretical analysis of gender inequality processes and their expressions and particularities in rural areas, associated with the experience report of the project "Women's

¹ Pedagoga. Especialista em Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB e em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos - FIP. E-mail: isaniamon7@gmail.com

² Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: claraezequiel@hotmail.com

³ Psicóloga pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: rayanne.cb@gmail.com

⁴ Assistente Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: romeniamoura@hotmail.com

⁵ Assistente Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: alzenira@gmail.com

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assistance Route", which is justified by the social relevance of the results of the intersectoral work developed by the Women's service network - REAM in the municipality of Queimadas - PB from the perspective of guaranteeing the rights of rural women in their diversity and strengthening citizenship, with a view to offering, building and strengthening public policies from a gender perspective in the rural area. The theoretical foundation was carried out through a review of historical and contemporary bibliography. We concluded that denouncing gender inequality and its expressions in rural areas and formulating policies to face them constitutes a fruitful way to build a new civilizational pattern in which women, in their diversities are duly respected and protected.

Keywords: Gender inequality; Public policy; Country women.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais, pensadas em uma perspectiva crítica, não podem ser desvinculadas do modo de produção vigente. A forma como a sociedade se organiza possui em sua base a divisão entre as classes sociais, produz e reproduz as desigualdades, que por sua vez, alimentam e mantêm o desenvolvimento do sistema capitalista. Esse, embora tenha conduzido a humanidade a uma escala de desenvolvimento antes nunca vista, considerando os avanços nas áreas da ciência e da tecnologia, tem levado-a para um lugar cada vez mais distante de um horizonte emancipatório.

As desigualdades de gênero e territoriais se inscrevem no bojo das desigualdades sociais, e precisam ser compreendidas na perspectiva da totalidade, considerando tanto suas dimensões universais quanto suas particularidades, que se encontram necessariamente imbricadas. Nesse sentido, consideramos de fundamental relevância pensar nas expressões das desigualdades de gênero na zona rural, que se refletem, dentre outros aspectos, na dificuldade de acesso das meninas e mulheres do campo, em sua diversidade, aos diversos direitos sociais mediante as políticas públicas.

Com isso, o presente artigo tem por objetivo apresentar, mediante revisão bibliográfica, reflexões teóricas acerca do processo de desigualdade de gênero e

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



das suas expressões e particularidades no território rural, associando a apresentação do projeto “Rota de Assistência às Mulheres”, projeto intersetorial desenvolvido pela Rede de atendimento à Mulher – REAM do município de Queimadas – PB na perspectiva da garantia dos direitos das mulheres do campo em suas diversidades e da cidadania, com vista na oferta, construção e fortalecimento das políticas públicas na perspectiva de gênero na zona rural.

2 DESIGUALDADE DE GÊNERO E SUAS PARTICULARIDADE NO TERRITÓRIO RURAL

As desigualdades de gênero, embora sejam anteriores ao capitalismo, estão diretamente associadas aos fundamentos da sociedade contemporânea, a forma como essa se organiza, ancorada materialmente na divisão sexual do trabalho e nas funções sociais que seriam “naturalmente” destinadas a cada pessoa, de acordo com o sexo atribuído em seu nascimento. No intuito de pensar sobre as desigualdades de gênero, é mister salientar criticamente a função da cultura patriarcal, machista e heteronômica para manutenção da organicidade social. Segundo Sousa e Guedes (2016),

A história do século XIX revela que havia, na sociedade de modo geral, uma nítida divisão entre domínio público e privado. Os homens “pertenciam” à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, e as mulheres “pertenciam” à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar funcionava como atividade de contrapartida dado o sustento financeiro do marido. (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 123).

É nessa dicotomia entre o público e o privado que se assenta a divisão sexual do trabalho, que passa por reconfigurações no contexto das transformações no cenário socioeconômico, com as revoluções culturais e a força do movimento feminista no século XX. Nesse contexto, as mulheres passam a ingressar na esfera pública e assumir responsabilidades no âmbito da esfera produtiva, mediante inserção no mercado de trabalho. No entanto, tais reconfigurações não alteram a essência da divisão sexual do trabalho, uma vez que não são acompanhadas de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família, como educação e demais cuidados, continua, em grande medida, a cargo das mulheres, o que as submetem a jornadas extenuantes.

Desse modo, como em todas as relações sociais, as relações de gênero são fundamentadas no exercício do poder. A forma como se constroem historicamente as relações de poder subjuga as mulheres perpetua as desigualdades de gênero, que se encontram na base das diversas formas de exploração e violência contra as mulheres (LUSA, 2012).

O patriarcado se constitui em uma forma de sociabilidade marcada pela dominação masculina, onde o poder concentra-se nos homens, e pela opressão do gênero feminino. Embora preceda o capitalismo, sua funcionalidade para essa sociedade é inegável, pois é um dos fundamentos da exploração.

O machismo, enquanto uma expressão do patriarcado “se materializa nas relações interpessoais, para perpetuar relações de dominação e poder via inferiorização, submissão e apropriação das mulheres” (CFESS, 2019, p. 10).

O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres [...] a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e inferiorização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino [...] (CISNE; SANTOS, 2018, p. 43)

As expressões das desigualdades de gênero podem ser observadas em diversas dimensões do cotidiano das mulheres. O rendimento médio das mulheres é um dos indicadores que refletem as disparidades entre os gêneros, pois, segundo o IBGE (2022) o rendimento dessas nos últimos 10 anos tem sido inferior ao rendimento dos homens, e, considerando o empobrecimento da população, como consequência das medidas neoliberais do governo Bolsonaro e da pandemia do COVID-19, as mulheres tiveram uma perda acumulada de 12,4% no rendimento médio entre os anos de 2019-2021, enquanto a perda para os homens foi de 9,5%. Dados do IBGE (2022) ainda exemplificam o cenário desigual ao demonstrar que no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ano de 2021 homens com ensino superior completo no Brasil recebiam um valor aproximadamente 20% superior ao das mulheres com o mesmo nível de instrução.

As desigualdades de gênero extrapolam o âmbito dos rendimentos e também se expressam em outros aspectos que atingem fortemente a vida das mulheres, dentre os quais se destacam as diversas violências perpetradas contra a dignidade feminina. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2022 apontam que no ano de 2021 foram registradas 230.861 agressões por violência doméstica, 597.623 ameaças de morte e 619.353 chamados ao número 190. Todos esses números apresentam um crescimento quando comparados ao ano anterior. O feminicídio, assassinato de mulheres por razões de gênero, é a mais perversa faceta da violência contra a mulher, fato que ocasionou no ano de 2021 cerca de 1.341 feminicídios no país, sendo 81,7% cometidos por companheiros ou ex-companheiros.

É importante notar, no entanto, que esse arsenal de desigualdades se expressa de forma particular nos diferentes espaços sociais e territórios. Nesse sentido, destacamos que as desigualdades de gênero na zona rural brasileira se expressam de forma ainda intensa quando se compara a população rural e a população urbana.

No momento que tratamos sobre desigualdades sociais e olhamos para a organização do território como sendo rural e urbano, podemos perceber algumas diferenças, decorrentes, dentre outros aspectos, do fato das políticas públicas concentrarem no ambiente urbano a maior parte dos serviços e projetos. Nesse sentido, compreendemos que o acesso a serviços e informações para a população rural são de grande relevância para o processo de promoção de direitos, que apresenta nesse território maior dificuldade de materialização, sendo necessário vencer barreiras territoriais, econômicas e sociais. Koga (2003) aponta que a divisão territorial vai além de uma estrutura física ou geográfica, constituindo-se enquanto uma questão de acesso à proteção social. Arboit et al. (2018) traz uma análise da violência contra as mulheres na zona rural:

PROMOÇÃO



APOIO



Em se tratando do cenário rural, a violência contra as mulheres se torna ainda mais grave, haja vista um histórico de singularidades, anonimato e isolamento das mulheres, além da distância geográfica em relação à área urbana [...] Nesse sentido, também se destacam as dificuldades de acesso geográfico e funcional dessas mulheres aos serviços de atendimento, que, em sua maioria, estão localizados na área urbana. (ARBOIT et al., 2018, p. 507).

Desse modo, salientamos a necessidade de se pensar em estratégias para que os serviços estejam preparados para atender as mulheres que sofrem violência, assim como em parcerias com os órgãos que desenvolvem atividades com as mulheres rurais, ações que promovam o conhecimento na perspectiva da garantia dos direitos sociais, a proteção e promovam uma cultura de protagonismo e autonomia para suas vidas, buscando vencer as dificuldades e diminuir as distâncias das mulheres que residem nos territórios rurais.

3 ROTA DE ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES: ENTRE AS ESTRATÉGIAS E GARANTIA DE DIREITOS NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL

As razões que incitam as desigualdades de gênero no Brasil são categorias de análise que precisam ser consideradas inicialmente no desenvolvimento de qualquer trabalho frente às políticas públicas intersetoriais, e esse olhar ampliado para as mulheres em suas diversidades é o que faz a diferença na atuação da gestão municipal da cidade de Queimadas, localizada no agreste paraibano.

O referido município foi cenário de crimes brutais cometidos contra a dignidade feminina em 2012⁶, essa grave violação de direitos humanos impulsionou os diversos atores e atrizes para a atuação intersetorial e enfrentamento das diversas violências que afetam a vida das mulheres, seja no âmbito público ou privado.

⁶ Matéria referente ao caso: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/13/estupro-coletivo-de-queimadas-completa-10-anos-e-mentor-do-crime-continua-foragido>. Acesso em 09 de maio de 2023.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Sabe-se, portanto, que essa condição desigual de gênero é fruto de uma estrutura em diferentes campos sociais e desencadeia a violência de gênero em seu sentido mais amplo.

Diante do exposto, para atender as demandas das mulheres queimadenses a gestão municipal considerou o esboço histórico da composição social, política e econômica no território, fato que contribuiu para articulação de um trabalho intersetorial com mulheres da zona rural intitulado: "Rota de Assistência às Mulheres", esse que foi desenvolvido pela Rede de Atendimento à Mulher (REAM).

Segundo Castells (1999), as redes possuem estruturas capazes de possibilitar a comunicação e integração de atores em busca de resolução de problemas desencadeados em sociedade.

Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo (CASTELLS, 1999, p. 498).

A Rede de Atendimento à Mulher (REAM) é um ente vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) da cidade de Queimadas/PB, responsável por articular os órgãos, serviços e entidades que atuam no atendimento a meninas e mulheres no município.

Para tanto, este mecanismo segue as diretrizes da Constituição Federal (1988), Normas infraconstitucionais de Proteção à Mulher, a exemplo a Lei Maria da Penha de nº 11.340/2006, Lei do Feminicídio nº 13.104/2015, Tratados Internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) (1994) e o Plano Nacional e Municipal de Política para as Mulheres (2005).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A REAM inicia o seu processo de implementação e atuação em 2017, com o papel de subsidiar o diálogo intersetorial, com sistema de reuniões mensais, capacitações e planejamentos entre os entes que a compõem, na perspectiva de fortalecimento de campanhas não discriminatórias de conscientização e desnaturalização de todas as formas de violência contra meninas e mulheres, sistematização e análise de dados para implantação de novas políticas públicas e acompanhamento de ações, casos e políticas públicas na perspectiva de gênero em busca de resolutividade.

Foi a partir desse contexto em rede que surgiu a demanda para a execução do trabalho intersetorial com mulheres da zona rural, tendo em vista que uma das integrantes da RAEM, representante do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares de Queimadas, suscitou na rede o debate acerca das desigualdades de gênero e suas expressões na vida das meninas e mulheres da zona rural. Segundo dados do IBGE (2010), Queimadas era a maior cidade do Estado em número de moradores rurais. Embora os índices apontem uma queda em números percentuais dessa população, o município há muito tempo é destaque no estado da Paraíba, no tocante a sua população rural.

Entre os apontamentos da líder sindical estava a dificuldade de acesso das mulheres residentes na zona rural às políticas públicas concentradas na zona urbana, uma vez que estas enfrentam diversas barreiras sistêmicas. Nesse sentido, a dimensão do aspecto territorial impulsionou os diversos atores e atrizes em rede para a execução do trabalho “Rota de Assistência às Mulheres”. Monteiro, Silva e Seibel (2008) ressaltam a urgente necessidade do rural constituir-se enquanto um objeto legítimo e pertinente de interferência dos poderes públicos, de modo que os serviços públicos sejam ofertados à população rural como um todo, sobretudo aquela parcela em situação de vulnerabilidade social, na qual destacamos o público feminino. Para os autores:

A vulnerabilidade social implica na fragilização da estrutura familiar, comunitária e institucional frente às ações de ameaças externas, complexidades tecnológicas e informacionais; capacidade para manter-se no mercado; desequilíbrio nas relações de gênero, envelhecimento

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

populacional e debilitação das comunidades, entre outros. A oferta de serviços públicos fica marcada pela sua ausência ou pela sua concentração em espaços urbanos, principalmente aqueles direcionados à proteção familiar e comunitária [...]. (MONTEIRO; SILVA; SEIBEL, 2008, p. 93)

Considera-se a relevância desse trabalho na interface entre as políticas públicas com dimensão intersetorial, uma estratégia em se comunicar e identificar as necessidades do público beneficiado com o projeto, adotando decisões para garantia de direitos sociais. Para Nascimento (2010) a intersetorialidade:

[...] constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. (NASCIMENTO, 2010, p. 100).

Nesse sentido, as ações do projeto tiveram como tema centralizador "Direito e cidadania", como público alvo as mulheres da zona rural do município de Queimadas, o locus foram 08 (oito) Unidades de Saúde da Família (USF) localizadas no território rural, no período de maio de 2022 a maio de 2023. Vale notar que o projeto foi desenvolvido na USF tendo em vista que determinadas zonas rurais é o único serviço municipal territorializado.

Entre as secretarias envolvidas, destacamos a participação da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria de Planejamento e Infraestrutura e a participação do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares de Queimadas, tendo em vista ser um órgão não governamental atuante e participativo, que tem contribuído para a redução de problemas/questões que afetam a comunidade rural.

Para o desenvolvimento das atividades consideramos três momentos: na 1ª fase houve a apresentação e avaliação dos resultados do Projeto GAPM/SMDs e SESAU ITINERANTE, a REAM, discorrendo sobre a relevância de um trabalho conjunto de alcance às mulheres do campo, com dimensão ampla, após a avaliação aconteceram reuniões com profissionais da SESAU para mapeamento das USF;

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

definição de agenda de acordo com as estratégias da referida secretaria; definição do eixo centralizador das ações (DIREITO E CIDADANIA); planejamento com os grupos de trabalho e orientações para os planos de ação, além de elaboração de instrumentais a partir da avaliação dos/as profissionais envolvidos/as, seguindo Leis e normas da política do SUS e SUAS.

Na 2ª fase partimos para execução dos trabalhos, que aconteceram simultaneamente nas 08 (oito) USF, nas terceiras quintas de cada mês, os grupos saíam da secretaria de saúde em direção às unidades, desenvolvendo as ações com as mulheres que já haviam sido convidadas nas localidades por seus agentes comunitários de saúde. Essa estratégia fez com que as mulheres acompanhadas pelas unidades de saúde tivessem acesso a outras políticas públicas, das quais não chegam por enfrentar diversas barreiras sistêmicas, entre elas: dificuldade de acesso a transportes, distanciamento de suas residências em relação aos serviços ausência de rede de apoio para deixar filhos pequenos e impedimento dos maridos, namorados e companheiros, por viverem em situações de violência doméstica.

A 3ª fase se constitui de avaliação da REAM, junto ao Sindicato Rural, onde cada grupo trouxe apontamentos importantes considerando as temáticas trabalhadas de acordo com o objetivo das políticas públicas das quais as mulheres tiveram acesso, sendo importante considerar que no decorrer das ações atingiu-se um total de 558 mulheres que puderam ser inseridas em outros serviços, para além da USF, sendo realizados 11 encaminhamentos para os seguintes serviços: Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS, Centro Referência de Assistência Social - CRAS, Programa Incluir, Centro Estadual de Referência dos Direitos LGBT Luciano Bezerra, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de saúde.

Entre as temáticas abordadas, os grupos discorreram sobre os seguintes temas: Direito e cidadania - um passo decisivo para igualdade de gênero; Direito e cidadania - um exercício diário; Mulheres avante - agricultura familiar, cultura, história e qualidade de vida na cidade das pedras; Saúde e direitos da mulher;

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Autocuidado através da educação emocional - cuidar de si um olhar em promoção da vida; A força da mulher - maior que qualquer vento contrário; Frutificando seu lar; Preparando o presente, pensando o futuro.

Na análise dos dados pudemos observar marcadores sociais que podem ser superados com a atuação em rede, entre esses à escolaridade das mulheres acompanhadas no decorrer do projeto, visto que 4,9% declararam não ser escolarizadas; 12,4% possuíam o ensino médio incompleto; 30,5% o médio completo; 15,4% fundamental completo; 36,1% o fundamental incompleto.

Esses dados também fazem referência a alguns sonhos apresentados pelas mulheres em seus relatos, durante as atividades. 75,5% destas sinalizam o desejo em alcançar o ensino superior, entre os cursos destacaram medicina, jornalismo e enfermagem. Outros sonhos como ter a casa própria, ter uma vida digna junto aos filhos, ter saúde, paz e tranquilidade, se apresentaram como prioridade de vida.

Em contrapartida a essa informação, 20,9% dessas mulheres declararam não possuírem nenhum sonho, expressando através de suas faces tristeza, supõe-se nesse sentido que suas histórias de vida as condicionaram a não almejar perspectivas futuras, fato que vem despertando nas equipes que integram a REAM intensificar cada vez mais a atenção para a escuta especializada e atendimento humanizado.

Quando observadas as questões étnico raciais, 9,0% das mulheres se declararam pretas, 64,9% pardas e 25,1% branca, havendo uma reflexão sobre as doenças e desigualdades sociais que afetam principalmente as mulheres negras, público maior de alcance do projeto. Destacamos que o racismo, sendo um dos marcadores sociais observado durante as falas das mulheres, foi mais um determinante para a rede pensar nas estratégias de atuação.

Considera-se outro dado importante da avaliação, quando 15,7% das mulheres declararam ser acompanhadas pelos seguintes serviços: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, Centro Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro de Referência de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assistência Social - CRAS, Programa Criança Feliz e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e 84,3% apontaram somente o atendimento na USF, observamos que as políticas públicas de maior acesso estão concentradas nas políticas do SUS e SUAS. Com isso, destacamos a relevância do potencial do projeto que estende o acesso das mulheres da zona rural a políticas públicas de diversos segmentos.

Com o alcance do “Rota de Assistência às Mulheres”, observamos que aquelas atendidas durante as ações, sofreram e sofrem diversas violações de direitos humanos ao longo da vida, muitas naturalizavam, seja por falta de conhecimento, ou pela forma como foram educadas. Destacamos aqui as mais citadas e apresentadas por cada assistida: 75% informaram sofrer violência doméstica; 2,9% assédio no trabalho; 5,7% estupro; 5,7% perseguição; 1,9% cibercrime; 7,6 ameaça de morte, violações em sua grande maioria associadas as questões de ordem cultural e patriarcal que precisam ser desnaturalizadas. Segundo Pateman (2013),

[...] o patriarcalismo se baseia no apelo à natureza e no argumento de que a função natural da mulher de procriar prescreve seu lugar doméstico e subordinado na ordem das coisas”. Dessa forma, a história traduz a realidade desigual vivenciada pelas mulheres em relação ao homem. Consta-se que o cotidiano das mulheres sempre esteve atrelado à sujeição, à submissão e à dominação masculina. (PATEMAN, 2013, p. 62).

Portanto, a consolidação do desenvolvimento desse trabalho com o olhar intersetorial, transversal e de gênero no território rural é uma estratégia para as mulheres vislumbrarem alternativas que possam ressignificar suas histórias de vida e para que essas tenham acesso aos serviços e às diversas políticas públicas, fortalecendo a sua cidadania.

4 CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As desigualdades de gênero, que tem nos processos de violência contra a mulher uma das suas faces mais perversas, têm sido objeto de reflexão, debate e enfrentamento na sociedade contemporânea. No entanto, apesar de significativos avanços, ainda atravessa o tempo e impacta fortemente a vida de diversas meninas e mulheres, sobretudo daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

As meninas e mulheres do campo, para além de serem atravessadas pelos processos desiguais que afetam o conjunto das mulheres na sociedade brasileira, ainda são perpassadas por diversas barreiras sistêmicas que implicam, dentre outros aspectos, na dificuldade de acesso às políticas públicas concentradas, em sua grande maioria, no espaço territorial urbano.

Com isso, consideramos que analisar e denunciar os diversos processos de desigualdade de gênero e o modo como eles se expressam na vida das mulheres em suas diversidades e particularidades é tarefa imprescindível e urgente. Formular políticas públicas para o enfrentamento desses processos pode constituir-se caminho fecundo para construção de um novo padrão civilizacional em que as mulheres sejam devidamente respeitadas e protegidas e o Projeto Rota de Assistência às Mulheres se apresentou como uma possibilidade positiva no território que pode contribuir como modelo a ser seguido por outros municípios.

REFERÊNCIAS

ARBOIT, J. et al. Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 506-517, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2018.v27n2/506-517/pt>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. de 2017.

BRASIL. **Decreto n. 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e revoga o Decreto n. 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: . Acesso: 15 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996.** Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 05 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Política para as Mulheres.** 2005. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 19 de junho de 2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Série assistente social no combate ao preconceito: **Machismo.** Caderno 6. 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública:** Ano 2018-2022. São Paulo. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira.

Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/12/sintese-indicadores-sociais-ibge-2022.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2008.

LUSA, M. G. Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. **Revista Gênero**, Niterói, v.13, n.1, p. 93-107, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31179/18268>. Acesso em: 06 de maio de 2023.

MONTEIRO, F. M.; SILVA, R.; SEIBEL, E. J. Vulnerabilidade social e oferta de serviços públicos no mundo rural: Duas moedas e uma só face?. **Revista Grifos**, v. 17, n. 24, p. 93-108, jun., 2008. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/246>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas.

Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar., 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TDCqtLhvDvRnRmDXhtTBHZK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

PATEMAN, C. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, F. L.; BIROLI, F. (Org.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 2013.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, n. 30, v. 87, p. 123-139, mai./ago., 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

PROMOÇÃO

